

OPINIÃO **SOCIALISTA**

CONGRESSO É INIMIGO DO POVO!

pág. 21 a 32

MAS O GOVERNO É AMIGO DO POVO?



GOVERNO LULA, AO MANTER O ARCABOUÇO FISCAL, CONTINUA TIRANDO DOS POBRES PARA DAR AOS RICOS

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 04 a 11

Editorial

QUEM É AMIGO DO POVO?

Pág. 12 a 20

Internacional

**O SIGNIFICADO DA GUERRA DE
ISRAEL E TRUMP COM O IRÃ**

Pág. 21 a 32

Centrais

**O CONGRESSO NACIONAL É
INIMIGO DO POVO SIM! MAS
QUEM SÃO OS AMIGOS DO
POVO?**

Pág. 33 a 39

Movimento

**PROFESSORES DA REDE
MUNICIPAL SEGUEM EM GREVE**

Pág. 40 a 43

Partido

**MAIS MILITANTES DA
EX-CONVERGÊNCIA SOCIALISTA
SÃO ANISTIADOS**

Pág. 44 a 54

Opressões

**MÊS DO ORGULHO LGBTI+: É
PRECISO RESGATAR AS LIÇÕES
DE STONEWALL**

Pág. 55 a 61

Meio Ambiente

**CRISE NO RS: EVENTOS
CLIMÁTICOS EXTREMOS, INÉRCIA
DOS GOVERNOS E LUTA POR
REPARAÇÃO E PREVENÇÃO**

Pág. 62 a 67

Cultura

DO BLUES AO FUNK CONSCIENTE

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

@ @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

📍 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

Quem é amigo do povo?



Lula e Haddad durante lançamento do Plano Safra. Foto: Marcelo Camargo/Agencia Brasil

O Congresso Nacional derrubou o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) promovido pelo governo Lula, que tenta cumprir seu ajuste fiscal. Enquanto o Congresso diz, com hipocrisia, que está preocupado com o aumento da carga tributária, mas quer, na verdade, impor mais cortes contra os trabalhadores, o governo lança uma campanha como se o aumento do IOF significasse a taxação dos super-ricos.

O CONGRESSO É INIMIGO DO POVO

O Congresso Nacional não está preocupado com a carga tributária nem com a situação do país, muito menos com os trabalhadores. Está querendo desgastar o governo, alimentando a ultradireita bolsonarista e pensando nas eleições do ano que vem. Quer que o ajuste fiscal do governo corte mais dinheiro dos programas sociais, da saúde e da educação, ou seja, em cima dos trabalhadores. Por isso, no mesmo dia votou o aumento da conta de

luz para os trabalhadores, gerando bilhões para as empresas do setor.

A hipocrisia do Congresso fica evidente quando vemos que R\$ 50 bilhões são destinados a emendas parlamentares, dinheiro que serve para o centrão manter seus currais eleitorais. Só para se ter uma ideia, esse valor é cinco vezes o que o aumento do IOF arrecadaria. Por que não corta dos privilégios de deputados e políticos? Pelo contrário, os parlamentares aprovaram o aumento do número de deputados para ampliar ainda mais a própria mamata com o dinheiro público.

O Congresso é um antro de representantes da elite, dos capitalistas e de tudo que há de mais nojento no país. Quem manda no Congresso é o lobby das grandes empresas, que têm lá seus representantes e mandam na pauta política do país. São expressões da força que mantém o país no atraso, no clientelismo, no coronelismo e na política de dilapidar o orçamento público para manter seus privilégios e para entregar a maior parte dos recursos para a burguesia brasileira e internacional.

É evidente que o Congresso é inimigo do povo. Isso não significa que o governo seja amigo. Não é amigo do povo quem defende arcabouço fiscal, corte de verbas e administra o capitalismo brasileiro.

O Congresso Nacional não está preocupado com nenhum ajuste das contas públicas. Quer impor cortes em cima dos trabalhadores e obter ainda mais privilégios.

O IOF NÃO TAXA OS RICOS DE VERDADE

Não é verdade que o governo está propondo a taxaçoão de verdade dos super-ricos. O IOF não pega apenas os ricos. A classe média e parte dos trabalhadores também sofrerão o efeito do aumento do IOF. Inclusive porque os bancos e as grandes empresas repassam o custo do IOF para os trabalhadores, ou seja, é preciso impedir os empresários de repassarem aos trabalhadores.

O aumento do IOF é muito insuficiente. De fato, as fintechs e outras empresas do mercado financeiro teriam que pagar um pouco mais do que pagam hoje. Mas ainda seria em um patamar bastante insuficiente para se fazer a suposta “justiça tributária”. Ou seja, não significa a sobretaxação dos bilionários capitalistas nem uma mudança da estrutura tributária regressiva que temos no Brasil, onde o povo paga bem mais imposto que os ricos do andar de cima.

No Brasil, 50 pessoas são bilionárias (em dólar), acumulando mais de US\$ 176 bilhões. São os donos e acionistas das maiores empresas do país, que vivem de explorar os trabalhadores, impondo jornadas extenuantes e pagando baixos salários. Caso o governo quisesse sobretaxar os ricos de fato, poderia começar taxando os bilionários.

Segundo um estudo britânico (Tax Justice Network), o Brasil arrecadaria R\$ 260 bilhões caso implementasse uma taxaçoão progressiva entre 1,7% e 3,5% dos super-ricos. Ou seja, com essa medida, ainda pequena e insuficiente para taxar os super-ricos, algo plenamente realizável no capitalismo, o montante de recursos arrecadados seria bem maior que os R\$ 10 bilhões

do IOF, que pegam muito pouco os ricos e mais a classe média.

Contudo, não tem como resolver o problema da desigualdade apenas taxando os ricos. Por quê? Porque enquanto os super-ricos dominarem os meios de produção, eles terão como repassar qualquer taxaço para as costas dos trabalhadores. Temos que atacar o sistema que gera bilionários. É a existência e o domínio dos monopólios capitalistas empresariais que gera e mantém a desigualdade. Por isso, um programa revolucionário e socialista dos trabalhadores deve atacar justamente os lucros exorbitantes das maiores empresas que controlam o país.

Se observarmos os números dos monopólios capitalistas, veremos que todo este montante em discussão é fichinha perto do quanto os monopólios lucram arrancando o couro dos trabalhadores. Para se ter uma ideia, só os quatro maiores bancos privados do país tiveram um lucro acumulado de R\$ 28,2 bilhões no primeiro trimestre do ano. Ou seja, em apenas três meses lucraram o triplo do que o governo queria arrecadar com o aumento do IOF em 2025.

Então, enquanto rola uma briga enorme entre Congresso e governo sobre de onde tirar e cortar cerca de R\$ 10 bilhões que faltam para o governo fechar as contas, o grosso das riquezas do país segue indo para os mesmos de sempre: os ricos, capitalistas e poderosos, que permanecem intocados com a proposta do congresso ou do governo.

GOVERNO QUE FAZ ARCABOUÇO FISCAL NÃO É AMIGO DO POVO

O governo pretende arrecadar R\$ 10 bilhões este ano com o aumento do IOF. Enquanto isso, R\$ 998 bilhões foram para os banqueiros e o mercado financeiro só no ano passado por meio do mecanismo da dívida pública, cifra que, em 2025, deve crescer ainda mais com o aumento dos juros. A maior parte do orçamento brasileiro é destinada a atender aos interesses dos grandes empresários, com compras governamentais e investimentos públicos para ajudar a impulsionar os negócios das empresas.

Na mesma semana de toda essa polêmica, o governo Lula anunciou mais de R\$ 500 bilhões para o agronegócio no financiamento do plano Safra. É dinheiro público financiando os grandes empresários do agro, enquanto o povo paga os maiores juros do mundo promovidos pelo Banco Central indicado por este governo.

A existência da discussão sobre o reajuste fiscal é causada pela submissão do governo à agenda neoliberal e capitalista do déficit zero, justamente para manter o pagamento dos juros para o mercado financeiro. Nisso o governo não tem coragem de mexer. E para enfrentar de verdade os ricos, as grandes empresas e o Congresso, só enfrentando o modelo de superávit primário para pagar a dívida pública. A verdade é que toda essa disputa está no marco do arcabouço fiscal. Foi o próprio governo que criou a lei que exige que ele faça o ajuste fiscal e também foi ele que definiu a meta fiscal que está sufocando todo o orçamento das áreas sociais.

Tudo isso em nome do seu arcabouço fiscal, que cortou inclusive do orçamento do programa Pé-de-Meia, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da saúde e educação recentemente. Sem contar que o governo já anunciou que novos ataques podem vir, como a reforma administrativa para atacar os servidores ou até mesmo uma nova reforma da Previdência, como antecipou a ministra Simone Tebet, para depois das eleições.

Não é verdade também que o governo quer brigar ou romper com o Congresso. Basta ver as declarações de Lula e Haddad, clamando para serem atendidos e reconciliar tudo. Gleisi Hoffman, ex-presidente do partido e atualmente no Ministério das Relações Institucionais, saiu em defesa do presidente da Câmara, Hugo Motta, contra que o xinguem nas redes sociais. É uma vergonha que Lula ainda mantenha no governo todos os ministros da direita e do centrão, e seus partidos ainda votam contra o governo, como União Brasil, PP, Republicanos, entre outros. A ideia do governo é entrar no STF para garantir o IOF para negociar e conciliar novamente com o Congresso.

A SAÍDA PARA OS TRABALHADORES NÃO É APOIAR O GOVERNO

Guilherme Boulos, dirigentes do PT, do PSOL, da Frente Povo Sem Medo e da Frente Brasil Popular estão convocando uma manifestação para o dia 10 de julho com o eixo “para enfrentar o Congresso e os ricos”. Mas estes atos serão também contra o arcabouço fiscal do governo Lula? Denunciarão os cortes promovidos no Pé-de-Meia e no BPC? Evidentemente, não.

A manifestação convocada pelos defensores do governo utiliza a justa repulsa que o Congresso Nacional tem na sociedade, utiliza este momento em que os trabalhadores estão vendo os ataques do Legislativo para tentar transformar isso em apoio ao governo. Porém escondem que o governo também ataca os trabalhadores. Ou seja, a manifestação se mantém no limite da defesa do arcabouço fiscal.

Esse tipo de movimentação, que tenta transformar a luta contra o Congresso em apoio ao governo, não ajuda a fortalecer a luta dos trabalhadores por suas pautas nem ajuda a enfrentar a ultradireita bolsonarista. Na verdade, deixa a classe trabalhadora a reboque de um campo burguês e capitalista encabeçado por Lula e dá munição para o outro campo burguês encabeçado pelos bolsonaristas.

O Congresso tem que ser derrotado justamente porque quer aprofundar os ataques aos trabalhadores. Mas o governo também ataca os trabalhadores. Então, a luta dos trabalhadores contra os ataques do Congresso e dos ricos deve ser também uma luta contra a política econômica de Lula, que também privilegia os ricos.

POR UM TERCEIRO CAMPO: O DOS TRABALHADORES

Estamos diante de uma disputa de dois setores burgueses diferentes que representam, cada um a seu jeito, diferentes interesses dos ricos. Os trabalhadores não têm nada a ganhar apoiando um lado ou outro. Os trabalhadores e o povo só tem a si próprios como amigos.

Contra os ataques do Congresso sim, mas contra os ataques do governo também. É preciso derrotar a política econômica do governo e do Congresso.


Temos que defender o fim do arcabouço fiscal. Ampliar as verbas da saúde e da educação. Garantir o fim da escala 6×1. Lutar contra a carestia dos alimentos e pela ampliação geral de salários. É preciso diminuir os impostos para os trabalhadores e a classe, com uma correção integral da tabela do Imposto de Renda; só isenção para quem ganha até R\$ 5 mil é pouco. É necessário sobretaxar os ricos de verdade, e não o consumo que sobrecarrega os trabalhadores. Para garantir tudo isso e implementar um projeto de reindustrialização e desenvolvimento do país de verdade, temos que atacar os lucros dos 250 maiores monopólios do país, que dilapidam nossas riquezas para enriquecer 50 bilionários. Sem contar que muitos são multinacionais que espoliam o país para enriquecer os EUA, a Europa ou a China, enquanto nosso povo fica à míngua.

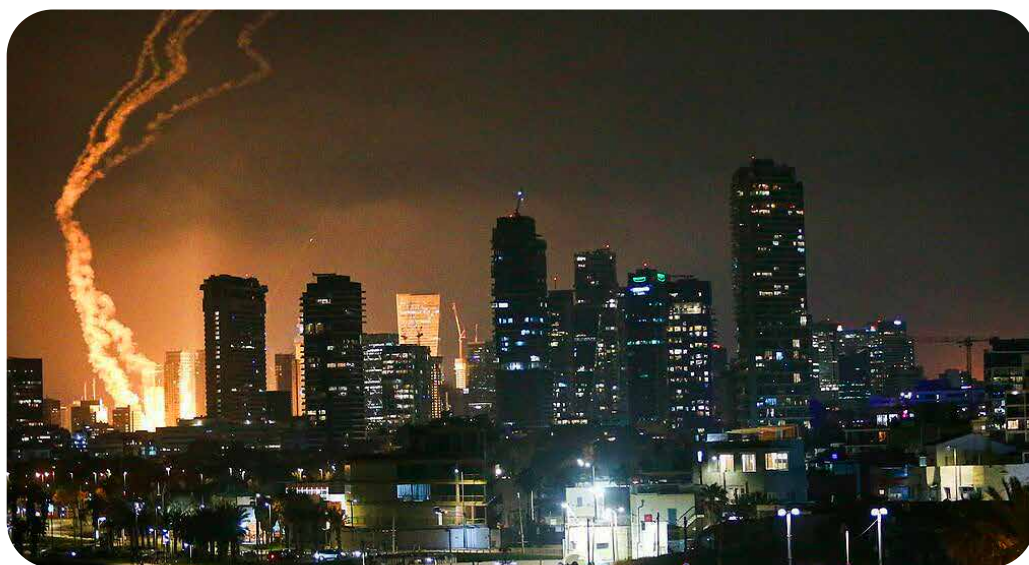
Vamos construir uma mobilização independente dos trabalhadores que enfrente a situação atual, lutando contra os ataques, garantindo os direitos do povo, e pavimentando o caminho para o fortalecimento de uma alternativa revolucionária e socialista capaz de enfrentar de verdade o sistema capitalista! ■

**Contra os ataques do Congresso sim,
mas contra os ataques do governo
também**

ORIENTE MÉDIO

O significado da guerra de Israel e Trump com o Irã

 FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO



Bombas Irã atingem Tel Aviv | Fonte: reprodução

No dia 13 de junho, o Estado de Israel iniciou uma agressão militar em larga escala contra o Irã. Para além de alvos militares e nucleares, os criminosos sionistas atacaram todas as grandes cidades iranianas, conjuntos residenciais, hospitais e centrais elétricas, assassinando 935 iranianos. Mais de 60% deles eram civis, entre homens, mulheres e crianças. Os ataques seguiram o modelo de Gaza e Líbano, de devastação geral e alvos civis e militares.

Os ataques pegaram o governo iraniano de surpresa, pois a sexta rodada de negociações sobre o programa nuclear entre o Irã e os Estados Unidos seria realizada no dia 15 de junho. Além de bombardeios pesados da força aérea israelense, agentes do Mossad (serviço secreto israelense) lançaram drones dentro do

Irã. Três generais de alto escalão e 14 cientistas nucleares iranianos foram mortos.

Por outro lado, Israel foi surpreendido pela reação iraniana. Ataques em rajada combinando drones e mísseis balísticos conseguiram passar pela poderosa defesa antimísseis israelense e atingir, pela primeira vez na história, o centro de Tel Aviv e destruir o centro de inteligência militar, além da principal refinaria de petróleo israelense na cidade de Haifa. Segundo o governo sionista, o Irã lançou 370 mísseis balísticos dos quais 30 tiveram sucesso em atingir alvos em terra.

O sucesso dos ataques iranianos levou o governo israelense a impedir a venda de passagens aéreas para evitar uma fuga em massa. Mesmo assim, cerca de 50 mil israelenses conseguiram fugir por mar, principalmente para Chipre.

TRUMP ATACA E IMPÕE O CESSAR-FOGO

No dia 21 de junho, Trump ordenou um ataque brutal contra três importantes instalações nucleares iranianas, utilizando cerca de 125 aviões, incluindo sete superbombardeiros que lançaram 14 bombas de 13 toneladas. Também foram lançados 30 mísseis Tomahawk por submarino contra a instalação nuclear em Isfahan.

No dia seguinte, o Irã fez um ataque simbólico, com aviso prévio, contra a base militar dos Estados Unidos no Qatar. Não houve mortos, feridos ou algum dano significativo, já que os poucos mísseis lançados foram interceptados. O objetivo do Irã foi evitar que os Estados Unidos

se envolvessem na guerra, no que foi bem-sucedido.

No dia 23 de junho, Trump anunciou um cessar-fogo total e exigiu que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, retornasse os aviões enviados para bombardear o Irã. Ao mesmo tempo, o governo do Qatar negociou o cessar-fogo com o governo iraniano.

Vencedores e perdedores

Nesse mesmo dia do cessar-fogo, Trump, Netanyahu e as autoridades iranianas cantaram vitória e ocultaram fatos.

Trump afirmou que aniquilou o programa nuclear iraniano, apesar de os relatórios do próprio governo afirmarem que as instalações nucleares iranianas foram parcialmente danificadas e podem voltar a operar no prazo de poucos meses. Mesmo assim, Trump teve uma vitória ao aplicar sua doutrina de “atacar para negociar” e emergir como o líder do país mais poderoso com ampla capacidade militar para agredir outros povos e impôr o cessar-fogo, sem grandes perdas para seu país.

Netanyahu fez um ataque em larga escala e conseguiu destruir a defesa aérea iraniana, além de danificar sua produção de mísseis e drones. Mas não conseguiu impedir que os mísseis iranianos atingissem as cidades israelenses. Ou seja, as forças israelenses conseguem promover um genocídio em Gaza contra a resistência

palestina que possui armas leves ou devastar vilas e bairros libaneses contra as milícias do Hezbollah, mas têm muita dificuldade em proteger suas cidades em uma guerra convencional contra um exército nacional como o iraniano. Podemos afirmar que o projeto de Israel de se tornar a potência hegemônica no Oriente Médio, que vinha avançando por meio de ataques criminosos em Gaza, Cisjordânia, Líbano, Síria e Iêmen não conseguiu se afirmar na guerra de 12 dias contra o Irã.

Já o governo iraniano afirmou que venceu a guerra, pois enfrentou a maior potência militar mundial e a principal potência regional e não foi esmagado. Ao contrário, seus mísseis atingiram alvos israelenses até o último dia e retaliou o ataque estadunidense (mesmo que de forma simbólica). Além disso, preservou os 408 quilos de urânio enriquecido e teve suas instalações nucleares apenas parcialmente danificadas. Contudo, perdeu a capacidade de defender suas cidades ao ter toda a defesa aérea destruída. Ao mesmo tempo, encontrou-se isolado dentro da ordem imperialista, pois o imperialismo russo e o imperialismo chinês se recusaram a lhe dar apoio militar.

E AGORA?

O futuro do programa nuclear iraniano

O regime iraniano está à frente de um dilema. Por um lado, a realidade demonstrou que a única forma de defender o país de futuros ataques

israelenses ou estadunidenses é desenvolvendo a bomba nuclear. Sem a bomba, qualquer negociação ou acordo pode se transformar em palavras ao vento de um dia para o outro. O Irã já possui urânio para construir 10 ou 20 bombas, já tem a tecnologia para enriquecê-lo para fins militares e já possui tecnologia de mísseis que precisa ser adaptada para portar uma bomba nuclear. Uma ala minoritária do regime, que se fortaleceu, defende essa alternativa.

Por outro lado, os Estados Unidos, por intermédio de seu representante Steve Wittkoff, propôs trocar o fim do programa nuclear iraniano por um investimento de até US\$ 30 bilhões em um programa civil de geração de energia nuclear, similar ao dos Emirados Árabes. Além disso, propôs descongelar US\$ 6 bilhões em fundos iranianos no exterior e a reduzir as sanções contra o Irã em troca de abertura dos mercados iranianos para as empresas estadunidenses. Isso afastaria os capitais chineses que se beneficiam do petróleo abundante e barato e projetam integrar a economia iraniana à cadeia de produção chinesa através da Nova Rota da Seda (Iniciativa do Cinturão e Rota). Hoje o Irã é, na prática, uma semicolônia do imperialismo chinês.

Essas negociações com os Estados Unidos continuam sendo a principal aposta do regime iraniano. Até mesmo um dos principais candidatos à sucessão do Ayatollah Khamenei, Hassan Khomeini, neto do Ayatollah Khomeini, favorece essa alternativa.

O mais provável é uma solução intermediária, com a abertura de mercado ao imperialismo

estadunidense em troca da redução das sanções, junto ao desenvolvimento clandestino simultâneo do programa nuclear, assim como Israel fez no final dos anos 1950 com apoio do imperialismo francês.



Bombas do Irã. Fonte: reprodução

Questão palestina retorna ao centro da agenda internacional dos povos

Talvez o maior triunfo de Netanyahu tenha sido manter o genocídio em Gaza fora das manchetes internacionais. Mas os horrores de Gaza voltam com toda a força, expondo os crimes do Estado sionista.

Cento e setenta ONGs de direitos humanos denunciam o uso da fome como arma de guerra. Mais de 500 palestinos foram assassinados na fila dos alimentos. Soldados israelenses denunciam que recebem ordens para atirar nos palestinos nas filas sem que haja qualquer razão.

A combativa relatora da ONU para os territórios palestinos, Francesca Albanese, anunciou um novo relatório no qual denuncia os negócios de empresas de tecnologia (dentre as quais, Google, Amazon e Microsoft), de defesa (Elbit e Lockheed Martin entre outras) e de equipamentos pesados (como Caterpillar e Hyundai) como a lucrativa “economia do genocídio”, e pede sanções internacionais.

Além disso, Netanyahu teve que reconhecer que contratou e armou uma milícia autodenominada Forças Populares lideradas por Yasser Abu Shabab. Ele foi preso pelo Hamas em 2015 e condenado a 25 anos de prisão por atividades de contrabando de drogas. Após o 7 de outubro de 2023, ele escapou da prisão em Khan Younis e, com ajuda israelense, estabeleceu uma milícia com algumas centenas de integrantes e uma base militar junto ao posto de controle israelense de Kerem Shalom, por onde ingressa a ajuda humanitária. Sua atividade é roubar a ajuda humanitária, vendê-la no mercado clandestino, fazer incursões de reconhecimento a serviço das forças israelenses e atacar o Hamas e as forças da resistência palestina. Um dos membros das Forças Populares é Issam al-Nabahin, integrante também do Daesh (organização autointitulada Estado Islâmico) na península do Sinai. A colaboração de Abu Shabab com Israel levou sua família a deserdá-lo, ou seja, a deixar de reconhecê-lo como membro da família.

Preocupado com o repúdio mundial ao genocídio em Gaza e ao Estado de Israel, Trump defendeu a retirada de todas as acusações contra Netanyahu nos tribunais israelenses e o

cessar-fogo para libertar os israelenses presos em Gaza. É fato que Netanyahu aumentou sua popularidade após os ataques ao Líbano a partir de outubro passado, quando assassinou a liderança do Hezbollah, e ao Irã. Mas não está definido que sua coalizão conseguirá vencer as eleições. Isso ocorreu no último pleito devido ao fato de dois partidos de oposição, o Meretz (sionista de esquerda) e o Baladi (nacionalista palestino) não terem atingido o coeficiente eleitoral por pequena margem. Dessa forma, Netanyahu tem que atender a sua base nazissionista, que quer expulsar os palestinos e colonizar toda a Cisjordânia e Gaza. Para isso, a manutenção do genocídio em Gaza é estratégica.

A força de Trump em dobrar os tribunais israelenses e salvar Netanyahu será testada ao calor da grande onda de solidariedade ao povo palestino, principalmente nos países imperialistas ocidentais.

Ruptura de relações com Israel! Palestina livre, do rio ao mar!

O PSTU faz um chamado à classe trabalhadora e à juventude para redobrar a pressão para que o presidente Lula passe das palavras às ações e rompa todas as relações econômicas, diplomáticas e militares com o Estado de Israel, ampliando o isolamento do monstro sionista.

A manutenção das relações com o Estado assassino torna o Brasil cúmplice do genocídio, o

que é inaceitável.

A ruptura de relações é um importante passo para isolar os sionistas, pôr fim ao genocídio e apontar para a única solução justa que é o fim do Estado de Israel e a formação de uma Palestina livre, laica e democrática do rio ao mar, como parte da luta por uma Palestina socialista em uma federação de países árabes socialistas.■



Na manhã da sexta-feira (27), manifestantes da causa palestina protestaram em frente ao consulado dos EUA, em São Paulo (SP).

CRISE POLÍTICA

O Congresso Nacional é inimigo do povo sim! Mas quem são os amigos do povo?

O governo Lula e seu arcabouço fiscal também governam para os ricos e não para os trabalhadores, o povo pobre e a soberania do país

 DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Haddad e Hugo Motta. Foto: Lula Marques / Agência Brasil

No dia 25 de junho, o Congresso Nacional impôs uma dura derrota ao governo Lula ao aprovar um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) suspendendo o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) baixado pela equipe econômica do ministro Fernando Haddad, do PT, após negociação com os próprios presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O acordo havia sido firmado no dia anterior numa reunião na residência do próprio

Hugo Motta, mas, menos de 24 horas depois, o presidente da Câmara traiu o acordo e anunciou que colocaria o PDL em votação.

A votação cumpriu o que havia sido profetizado por um integrante do centrão: naquele dia, “o governo ficaria de joelhos”. E ficou. Foram 383 votos a favor contra apenas 98 no projeto que enterrou uma Medida Provisória (MP) que aumentava a taxaçoão de algumas transações financeiras. Minutos depois da votação na Câmara, Alcolumbre aprovou o PDL em votação simbólica no Senado. A MP do governo unificava as diferentes operações financeiras sob uma taxa de apenas 3,5%, afetando, por exemplo, as remessas ao exterior que pagavam a alíquota ridícula de 1,1%. Embora o impacto financeiro não tenha a proporção que Haddad tenta mostrar, foi a primeira vez que o Parlamento derrubou um decreto do governo desde 1992, no governo Collor.

Mas não foi só isso que o Congresso Nacional aprovou. Além de barrar essa taxaçoão mínima, e impedir o aumento de imposto para as bets e as fintechs, retomou-se um jabuti que malandramente fora inserido numa lei sobre energia eólica, beneficiando as empresas do setor elétrico e aumentando as contas de luz da população em cerca de 3,5% nos próximos anos. Estima-se que o povo pagará até R\$ 197 bilhões a mais até 2050 para satisfazer o lobby dos monopólios do setor.

Achou pouco? O Congresso aprovou ainda o aumento no número dos deputados de 513 para 531 e elevou o fundão partidário, e existe um Projeto de Lei que acumula os supersalários dos parlamentares às suas já privilegiadas aposentadorias. Tudo isso num plenário vazio, em

época de festa junina, com os deputados e senadores votando de forma remota, tranquilamente em seus respectivos estados, entre um gole de vinho quente e uma mordida num milho verde.

O governo Lula, por sua vez, humilhado pelo Congresso Nacional, pôs em marcha uma campanha de que faria “justiça tributária”, taxando os ricos em favor dos pobres; mas o Congresso Nacional sabotaria qualquer medida que tocasse, mesmo que minimamente, nos interesses do capital financeiro, das grandes empresas e do agronegócio. Sob o lema “Congresso inimigo do povo”, tenta passar a imagem dessa crise política como uma polarização entre um governo a favor dos pobres e um Legislativo que atuaria exclusivamente em prol dos ricos.

O Congresso Nacional é inimigo do povo. Não há nenhuma margem de dúvida em relação a isso. Uma verdadeira quadrilha que não aceita que se toque em um centavo dos super-ricos (até porque a maior parte dele é diretamente bilionária, ruralista, empresária, e outra grande parte são funcionários e representantes desses setores). Trata-se de um Congresso que sequestra o orçamento por meio das emendas parlamentares, impondo uma espécie de semiparlamentarismo reacionário na prática, e que não hesita em aumentar seus privilégios, defender as isenções bilionárias às grandes empresas e ao agro, enquanto grita com hipocrisia por “ajuste fiscal”, mas só em cima dos mais pobres.

Mas, se o Congresso é inimigo do povo, o governo Lula seria amigo? Sua política econômica demonstra o contrário.

O Congresso Nacional rejeitou o IOF e aproveitou para passar a boiada, aumentando a conta de luz para o povo e elevando seus privilégios

FALA UMA COISA E FAZ OUTRA

Lula também governa para os ricos, contra os trabalhadores

É preciso lembrar que essa crise teve início quando o ministro Haddad, a fim de manter o arcabouço fiscal (um teto de gastos públicos para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros; entenda mais no quadro abaixo), anunciou um corte de R\$ 31,1 bilhões do Orçamento. O maior já realizado sob Lula III. Como o governo precisa, para manter esse teto dos banqueiros, não só cortar, como arrecadar mais, propôs o Imposto sobre Operações Financeiras (que não pega só investidores e fundos de investimentos, mas todas as operações de crédito, como empréstimos e cartões).

Pois bem, a proposta final sobre o IOF garantiria R\$ 10 bilhões a mais aos cofres do governo. Não para a Saúde ou a Educação, mas para ajudar no superávit primário (arrecadação menos gastos, tirando os juros da dívida), justamente para bancar o pagamento da dívida aos banqueiros. Ou seja, além de ser limitado no que se refere a taxar fundos de investimentos ou bancos (que, além de tudo, repassariam esses custos à população) e de pegar parte significativa da classe média, essa medida

visava sustentar o arcabouço. Ao fim e ao cabo, beneficiava o próprio mercado financeiro que está nadando em dinheiro com a dívida e uma das maiores taxas de juros do mundo, mais uma vez elevadas recentemente pelo Banco Central do governo Lula.

Enquanto isso, a medida do governo em isentar o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, que também é extremamente insuficiente e limitada, continua engavetada na Câmara. Se Lula, o PT e os outros partidos da esquerda parlamentar, como PSOL e PCdoB, rompessem com a Fiesp, a Febraban e os partidos da burguesia e do centrão, poderiam chamar as organizações dos trabalhadores e o movimento popular e estudantil à luta e, com uma ampla mobilização nacional, impor uma pauta que tem grande simpatia da população. Assim como poderia impor o fim da famigerada escala 6x1, a suspensão do pagamento de indecentes 15% dos juros da dívida pública aos banqueiros e fazer com que os ricos realmente paguem imposto nesse país. Se o próprio presidente Lula denuncia que o Brasil “dá R\$ 860 bilhões em isenções para os ricos”, por que não edita uma MP acabando com essa farra?

Isso seria uma política de “justiça tributária” de verdade, da qual tanto fala o governo e Haddad. Porém, ao contrário disso, Lula governa em uma frente ampla com os partidos da burguesia, incluindo o centrão e a direita, os mesmos setores que, com 14 ministérios nas mãos, impõem derrotas humilhantes contra o próprio governo.

O governo Lula, contudo, denuncia o Congresso Nacional no discurso, mas, na prática, impõe o

ajuste fiscal, especialmente em cima dos mais pobres, da classe trabalhadora e da classe média.

Enquanto os olhos estavam voltados para a polêmica do IOF, o governo simplesmente tirou 10% do orçamento da Educação ao incluir o Pé de Meia, um programa de assistência social, na rubrica do MEC. Uma manobra fiscal para cortar gastos da Educação. Além disso, vem restringindo ainda mais o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e segurando os recursos às universidades federais a ponto de ameaçar seu funcionamento.

IMPASSE E CRISE POLÍTICA

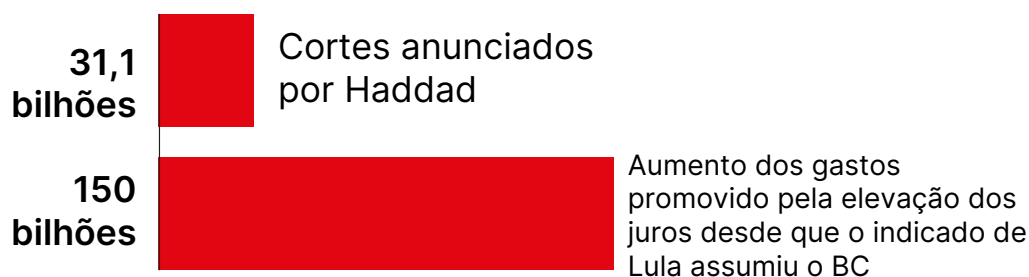
As razões dessa crise são múltiplas: as eleições estão logo aí, e o Congresso Nacional quer emendas para garantir suas respectivas reeleições (ou para simplesmente continuar roubando). Um setor já trabalha para desgastar o governo Lula em prol de um eventual governo de ultradireita, como Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), expressando uma parte do sistema financeiro e da burguesia que tende a uma alternativa à la Milei, ou seja, aceleração das privatizações e um rolo compressor nas áreas sociais. Outro fator é que os lobbies, como as fintechs, as bets e parte do mercado, simplesmente não querem pagar nada e defendem que se continue cortando gastos para os pobres e pronto.

O problema é que essa disputa e esse modelo de semipresidencialismo geram impasses que impedem ou atrasam a política econômica que vinha sendo implementada pelo governo – ajuste fiscal, arcabouço e déficit primário zero. Gera instabilidade e paralisia. Ou seja, torna-se disfuncional para um setor da própria burguesia,

como expressou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em nota oficial, cujo teor era algo como “resolvam-se aí, que as coisas não podem parar”.

ENTENDA

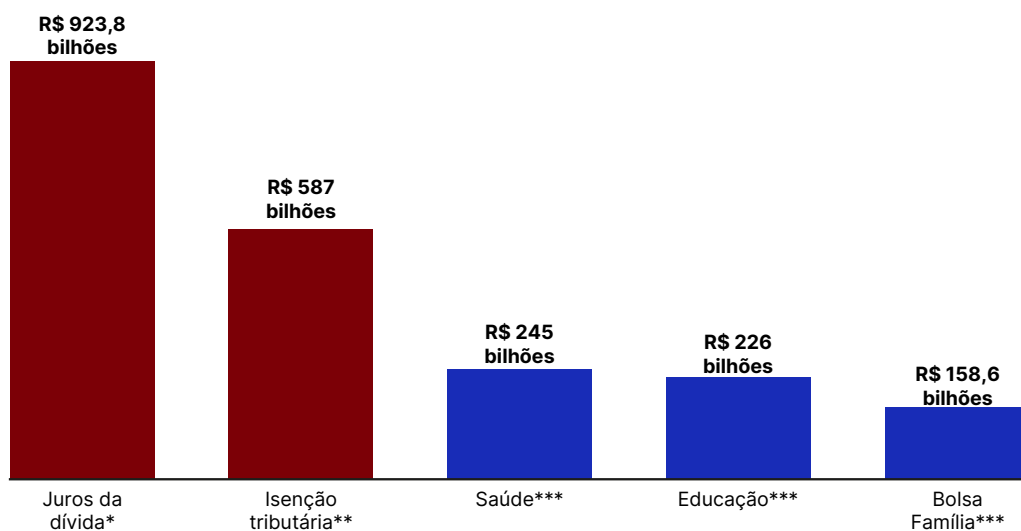
Governo tira dos pobres para dar aos ricos



Fonte: Ministério da Fazenda e BC

DESIGUALDADE

Brasil gasta muito sim, com banqueiros e empresários



* Banco Central, considerando o acumulado de 12 meses até fevereiro. Com o aumento dos juros, 2025 deve fechar com um valor muito acima disso.

**Dados da Receita Federal, considerados subestimados já que, na prática, as isenções sempre superam as estimativas.

*** Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 antes dos cortes (bloqueios e contingenciamentos) anunciados pelo governo.

ENTENDA

Arcabouço fiscal é teto de gastos em favor dos banqueiros



Haddad, Alckmin e Lula. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil

Aprovado pelo governo Lula em 2023, o arcabouço fiscal substituiu o teto de gastos do governo Temer. O antigo teto, que congelava todos os gastos, exceto os da dívida, já havia desmoronado na prática quando o atual governo impôs uma nova versão, mais factível.

Embora mais flexível, ao levar em conta o vaivém da economia, ele não deixou de ser um teto. Ao contrário. A ideia é justamente impor um regime permanente de ajuste fiscal a longo prazo. Em vez de simplesmente congelar os gastos, ele determina uma faixa que restringe as despesas:

Mínimo de 0,6% de aumento e máximo de 2,5%

Essa faixa não se dá sobre todo o aumento da arrecadação, mas só dentro de 70% dela

Isso significa que, mesmo que o país, por alguma razão, cresça a 10% como no tempo do “milagre”, o que não vai acontecer, os gastos sociais continuarão represados nessa faixa (e, na prática, serão congelados, porque, na melhor das hipóteses, acompanharão o crescimento demográfico).

Mais do que isso, o arcabouço é incompatível com os atuais pisos constitucionais da Saúde (15%) e da Educação (18%). Por uma razão simples: se você baixa um teto de 2,5% para todo o orçamento, esses setores indexados não caberão na conta. Por isso, desde que foi anunciado o arcabouço, a equipe econômica do governo já sinalizou que os pisos deveriam ser revistos.

E tudo isso para quê? Para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros. Essa dívida, ao contrário das áreas sociais, não tem nenhum teto ou restrição. Pelo contrário, cresce de forma exponencial com o aumento dos juros promovido pelo próprio governo Lula.

Abaixo os ataques do Congresso Nacional e a política econômica do governo Lula

Enquanto promove uma campanha publicitária-eleitoral afirmando que defende os pobres, o governo Lula impõe uma política econômica em favor dos banqueiros, do agronegócio e dos grandes monopólios, contra a classe trabalhadora e a maioria do povo. Se o IOF, que em seu discurso seria uma medida contra os ricos, arrecadaria R\$ 10 bilhões neste ano, o

aumento dos gastos com os banqueiros em seu governo é 15 vezes mais que isso.

Desde que seu indicado à presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo, assumiu o cargo, o banco aumentou em 2,75 pontos a taxa básica de juros. Isso representa algo em torno de R\$ 150 bilhões a mais na dívida pública em um ano. São cinco vezes mais o que foi cortado do Orçamento (Saúde, Educação etc.).

Dá para perceber a hipocrisia da propaganda do governo? Se, de um lado, impõe um bloqueio de R\$ 2,5 bilhões às universidades federais, corta R\$ 31,1 bilhões do Orçamento (atingindo todas as áreas sociais) e tenta aumentar um imposto que atinge toda a classe trabalhadora, por outro lado, garante, numa só canetada, R\$ 55 bilhões aos banqueiros a cada ponto que aumenta da taxa de juros. Isso sem falar no avanço das privatizações, com as concessões e entrega dos campos de petróleo e as Parcerias Público-Privadas (PPP), inclusive com os governos da extrema direita, como o de Tarcísio em São Paulo.

Isso significa que o governo corta da Saúde, da Educação e da recomposição do salário mínimo e entrega o país via privatização para “economizar” algumas dezenas de bilhões, enquanto, do outro lado, as isenções fiscais aos grandes monopólios e o pagamento da dívida aos banqueiros somam centenas de bilhões. É nisso que se resume a tal “crise fiscal”: o barquinho do orçamento está sendo inundado pelos gastos com grandes empresários, agro e banqueiros, e a solução do governo é tirar a água com uma caneca, que são as despesas sociais e o patrimônio público. Além de ser o

contrário de justiça fiscal ou tributária, é insustentável a médio e longo prazo, inclusive no âmbito dessa política econômica neoliberal.

SAÍDA

Luta independente da classe trabalhadora por suas reivindicações e soberania

A saída para os trabalhadores e o povo pobre não é ficar a reboque de um eterno “mal menor”, refém de uma política econômica a favor dos ricos, enquanto, na vida concreta, a situação só piora, com precarização do trabalho, destruição e entrega dos serviços públicos e inflação dos alimentos. Enquanto os números oficiais da economia estão bem, a vida da classe trabalhadora vai muito mal.

A saída é a mobilização independente da classe trabalhadora em defesa de suas reivindicações, como o fim da escala 6x1, a isenção do Imposto de Renda, uma reforma agrária ampla e radical, a demarcação e homologação das terras indígenas e quilombolas, uma política de créditos e subsídios aos pequenos negócios e uma política real de enfrentamento e apoio a mulheres e LGBTIs. Para isso, é preciso acabar com o arcabouço fiscal, suspender o pagamento da dívida pública aos banqueiros, fechar a torneira das isenções bilionárias aos grandes monopólios e parar a política de privatizações e entrega, retomando as empresas privatizadas e colocando-as nas mãos dos trabalhadores.

O Congresso Nacional é parte fundamental dessa engrenagem e não pode ficar de fora. É preciso lutar para derrubar essas malandragens aprovadas a toque de caixa, como o aumento na conta de luz em favor das empresas do setor de energia e as mamatas aprovadas pelos parlamentares, e defender o fim dos privilégios dessa corja. Deputados, senadores e todos os parlamentares têm de receber o mesmo que um operário ou uma professora de escola pública, com mandatos revogáveis e sem qualquer mordomia.

A classe trabalhadora necessita avançar a mobilização e a organização, de forma independente da burguesia, para afirmar suas necessidades. Caso contrário, continuará sendo refém de algum setor da burguesia, que briga entre si na hora de repartir as fatias da riqueza extraída da nossa exploração, mas concorda em nos atacar sempre para manter o sistema capitalista de exploração e opressão e a submissão do Brasil aos imperialismos.

É preciso, nesse processo, fortalecer uma alternativa revolucionária e socialista que apresente à classe trabalhadora um projeto diferente do ultraliberalismo de terra arrasada com repressão e ditadura, representado pela extrema direita, e do suposto mal menor de uma política de aliança de classe, o qual só tenta, sem sucesso, conter a barbárie.■

A classe trabalhadora necessita avançar a mobilização e a organização, de forma independente da burguesia, para afirmar suas necessidades.

BELO HORIZONTE

Professores da rede municipal seguem em greve

Assembleia realizada na terça-feira (1º) reuniu 4 mil educadores em frente à sede da prefeitura

 PSTU,
BELO HORIZONTE



Assembleia realizada em Belo Horizonte reuniu 4 mil educadores. Foto Sind-REDE

Os trabalhadores da educação municipal de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, estão realizando uma forte greve, iniciada no dia 5 de junho. A categoria está revoltada com o prefeito Álvaro Damião (União Brasil), que anunciou um reajuste de apenas 2,49%. A indignação é tão grande que a greve começou com mais de 80% das escolas paralisadas.

Após a declaração do irrisório reajuste, o prefeito, em vez de negociar as pautas dos servidores, viajou para Israel, participando de uma comitiva para estudar métodos de segurança, conhecer armamentos testados em campo, apoiar o genocídio de Israel contra o povo palestino e conhecer armas testadas nos corpos de crianças

palestinas. Durante a viagem, Damião ficou em um bunker após ataque do Irã a Israel. Mesmo assim, o prefeito declarou em coletiva de imprensa que não sabia que Israel estava em guerra, fingindo não entender que a destruição de Gaza existia.

Mesmo com um aumento de 86,97% na arrecadação, a prefeitura de Belo Horizonte usa como desculpa a falta de dinheiro para não valorizar os servidores. Há uma escolha política: garantir os lucros das grandes empresas, como as de ônibus, e desvalorizar cada vez mais os serviços públicos, como a educação.

NÃO É APENAS POR 2,49%!

O reajuste apresentado é ínfimo em relação às possibilidades do governo. Além disso, somam-se as situações vividas no cotidiano das escolas. A falta de professores, as salas lotadas, o tempo de planejamento absolutamente insuficiente, a metodologia utilizada para cumprimento da Lei Nacional do Piso, com a desestruturação da carreira, o aumento assustador do adoecimento e o desrespeito à paridade dos atuais aposentados completam o quadro de insatisfação da categoria.

A resposta foi uma greve aprovada em assembleia lotada, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH), filiado à CSP-Conlutas.

“O culpado pela greve é o prefeito Álvaro Damião, que apresentou esse reajuste ínfimo de 2,49%, distante do reajuste nacional do Piso da Educação, que foi de 6,27%, e mais distante ainda das perdas inflacionárias que nossa categoria carrega, que já beira os 40%. A greve está muito forte”, afirmou a

professora Barbara Guimarães, diretora do Sind-REDE.

“A assembleia realizada hoje (1º/7) reuniu mais de 4 mil pessoas. Fechamos a avenida Afonso Pena, uma das principais de Belo Horizonte. Foi uma assembleia histórica na porta da prefeitura, que por unanimidade votou a continuidade da greve”, completou.

ULTRADIREITA A SERVIÇO DOS RICOS

Damião assume a prefeitura após a morte de Fuad Noman e é representante de um projeto de ultradireita, profundamente alinhado aos interesses dos grandes empresários, e é inimigo declarado dos serviços públicos e dos direitos da classe trabalhadora. Mostra que não possui interesse nenhum em melhorar a cidade. Ao contrário, está mais comprometido com os bilionários e empresários do que com a ampla maioria da população.

Assim como todos os governos que passaram pela prefeitura de Belo Horizonte, Damião não faz avançar a construção de uma educação de qualidade. Privatiza a educação com empresas como a Falconi, gasta milhões com materiais paradidáticos sem nenhuma serventia, e seu governo ainda é investigado por um escândalo de corrupção envolvendo o ex-secretário de educação Bruno Barral. O valor dos contratos feitos por Barral relacionados à investigação, em menos de um ano de gestão, é de R\$ 150 milhões.

PREFEITO TENTA ENFRAQUECER A GREVE

Damião, com sua política de se negar ao diálogo,

usa de métodos como corte de ponto durante paralisações, tentativa de judicialização da greve e assédio moral a diretores de escola para manter as instituições abertas, mesmo com a greve em curso. Para isso, usa como justificativa a alimentação e o direito à merenda como forma de colocar a população contra a mobilização. O prefeito também tenta colocar trabalhadores terceirizados contra os concursados, ao propor retirar as férias coletivas deles em julho.

Nenhuma dessas tentativas, porém, fez a categoria recuar. Além disso, forçou Damião a avançar com relação a outros pontos das reivindicações, ainda insuficientes diante de todos os problemas vividos pela educação, além de não avançar a proposta de reajuste.

“A categoria está indignada diante da intransigência do prefeito. A indignação aumentou depois que ele deu ordem de abrir as escolas, buscando atacar o nosso movimento. Mas a resposta da categoria foi aumentar a mobilização, o que se refletiu na gigante assembleia que realizamos em frente à sede da prefeitura e na paralisação de quase 100% das escolas. Aumentou também o apoio dos estudantes, dos pais e da sociedade em geral, que sabem o valor da educação pública e a importância dos professores”, destacou a professora Adriana Mansur, professora das séries iniciais.

UMA GREVE QUE FICARÁ NA HISTÓRIA DA CIDADE

Em 30 dias de greve, a categoria da educação demonstra sua força. As greves e mobilizações protelaram a retirada de direitos, como a implementação do Processo Seletivo Simplificado

(PSS) na educação, pioras na carreira e efetivação da reforma da Previdência municipal.

A greve da educação municipal de Belo Horizonte é forte, mobiliza a cidade, as famílias e a comunidade escolar. Mostra um dos maiores e mais determinados movimentos de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da rede pública. Enfrenta o autoritarismo e os ataques do governo de ultradireita de Damiano. Os profissionais da educação dão um exemplo de coragem, organização e luta em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora.

“A greve mostra a força de uma categoria que está indignada com o descaso do prefeito com a educação pública. Situação essa que se repete em várias cidades por todo o país. Os professores de Belo Horizonte estão apontando o caminho a seguir em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, pela valorização dos trabalhadores, a luta organizada”, pontua Vanessa Portugal, militante do PSTU e diretora do Sind-REDE.



Assembleia realizada em Belo Horizonte. Foto Sind-REDE

A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A educação no Brasil sempre foi subfinanciada e sofre forte pressão privatista, que ganha novo fôlego com a presença da Fundação Lemann no Ministério da Educação (MEC). Agora, o governo Lula (PT) sinaliza a possibilidade de reduzir os repasses federais ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Sem esquecer que, no pacote fiscal aprovado no final de 2024, o corte na educação básica foi um dos maiores, pois o governo cortou a verba especial do programa Escola em Tempo Integral e transferiu os custos do programa para dentro da verba do Fundeb.

Estudos realizados pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese) apontam que a existência do Piso Salarial Nacional do Magistério não resultou, na maioria das capitais e cidades de médio e grande porte, em uma valorização salarial real.

Isso não significa que a legislação não tenha tido sua importância. Teve, pois corrigiu distorções excessivas em determinadas cidades, mas principalmente porque foi um mote de lutas em todo o país.

As críticas apontadas pelos trabalhadores no momento da publicação da legislação permanecem válidas e, hoje, após 15 anos de sua entrada em vigor, é fundamental lutar por sua atualização. É preciso deixar evidente a jornada de trabalho à qual o piso se destina. O piso deve ser definido para uma jornada de 22,5 horas e deve ser proporcional a jornadas maiores (não o contrário). O piso é destinado a profissionais de nível médio, mas não há uma definição de quanto deve ser para nível

superior. Portanto, permanece o mesmo valor.

É necessário estabelecer parâmetros de carreira mais precisos e instrumentos mais fortes para garantir que as vantagens da carreira incidam sobre o piso. É evidente que nada disso significa uma garantia permanente, mas serão conquistas importantes.

TODO APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

O PSTU se coloca ao lado dos trabalhadores da educação e de toda a classe trabalhadora de Belo Horizonte na defesa de um serviço público de qualidade e contra o projeto de ultradireita representado pelo governo Damião. Rejeitamos a criminalização da greve e defendemos a ampliação da mobilização e o fortalecimento das organizações de luta.

A saída virá da luta organizada, independente dos governos e patrões. É preciso preparar greves mais fortes, construir a solidariedade entre os setores em luta e apresentar uma alternativa de poder dos trabalhadores que rompa com o sistema atual e coloque o Estado a serviço da maioria explorada e oprimida.

Essa é a prática diária de construir a alternativa do socialismo para a nossa classe trabalhadora. Cada vez que uma trabalhadora, um trabalhador ou um jovem se soma à construção do partido revolucionário socialista, essa força se intensifica. Assim, estendemos um convite a todos que compartilham dessa luta conosco: juntem-se ao PSTU. Venham colaborar na construção desta alternativa socialista para os trabalhadores. ■

REPARAÇÃO E JUSTIÇA

Mais militantes da ex-Convergência Socialista são anistiados

 **MANÉ BAHIA,**
INTEGRANTE DA EX-CONVERGÊNCIA SOCIALISTA E ANISTIADO POLÍTICO



Foto Mané Bahia

Entre os dias 25 e 27 de junho, ocorreram sessões de julgamento de anistia para os perseguidos políticos pela ditadura cívico-militar no Brasil. Desde março, sempre na última semana, a Comissão de Anistia realiza os julgamentos nos quais muitos companheiros e companheiras têm conquistado sua tão esperada anistia. Trata-se de uma vitória importante, de muita alegria pela reparação obtida e, sobretudo, pelo pedido de desculpas do Estado brasileiro.

Contudo, também é verdade que, perto da quantidade de processos represados, a grande massa de perseguidos ainda está muito longe de ser anistiada. As negativas de anistia representam uma porcentagem muito maior, chegando a 80% de indeferimentos em algumas sessões.

A alegada falta de recursos para a Anistia, que

serve para justificar o alto número de indeferimentos, apoia-se nos discursos legalistas orientados pela Advocacia-Geral da União (AGU), que desvaloriza o depoimento e o monitoramento dos órgãos de repressão e privilegia uma “prova cabal”, impossível de se obter ou destruída pelo tempo e pela queima de arquivos da própria ditadura.

Na verdade, a destinação de verbas tem a ver com as prioridades do governo Lula, que descarrega fortunas e concede incentivos fiscais aos banqueiros e ao agronegócio em detrimento de verbas para setores como Saúde e Educação, ainda mais se tratando desse importante tema político e social, de resgate da memória, justiça, verdade e reparação pela perseguição sanguinária do regime militar a milhares de militantes. Este é um tema caro e bastante incômodo para as negociações do governo da frente ampla de Lula-Alckmin com o centrão no Congresso Nacional.

UM FIO DE CONTINUIDADE

A defesa dos anistiandos tem sido realizada pela história individual de luta e resistência de cada um como parte ativa e militante da Liga Operária e da Convergência Socialista.

A Convergência Socialista, uma das organizações que deram origem ao PSTU, foi muito perseguida pela ditadura. Seus militantes foram conhecidos, no final da década de 1970 e início de 1980, como lutadores aguerridos contra o regime militar e por seu trabalho no movimento operário. Tal atuação levou a uma série de prisões e a uma ação montada pelo Estado para

destruir a organização na batizada Operação Lótus.

Vários companheiros foram anistiados desde o final dos anos 1990. Em 2012, foi realizada uma Caravana da Anistia específica para os ex-perseguidos e ex-presos políticos da ditadura militar. Muito nos orgulha ter participado desta luta, enfrentando a repressão do aparato de Estado; ter sido demitido e agora conquistar a anistia política.

De março a junho de 2025, foram anistiados 43 militantes da ex-Convergência Socialista.

Acácio Hermann Keufner Júnior; Alberto Fernandes; Ana Luiza Figueiredo Gomes; Benjamin Ribeiro Filho; Célio Izidoro Rosa; Cyro Garcia; Denior José Machado; Edgard Fernandes Neto; Eduardo de Almeida Neto; Elias José Alfredo; Emílio Astuto; Fátima Cristóvão Messias; Fausto Pinheiro Pedroso Neto; Fernando Antonio Soares; Guilherme Fonseca; Heitor Fernandes; Irineia Vieira dos Santos; João Ricardo Oliveira Soares; José Donizeti de Almeida; José João da Silva; José Walber Miranda Costa Cruz; Laércio da Silva Pereira; Laercio Juarez; Ligia Maria; Manoel Teixeira de Carvalho Neto; Marco Antonio Rosa Pugliese; Marcos Margarido; Maria Betânia Firmino Lobato; Maria da Conceição d'Angelo Pinto; Maria Helena Fontana; Maria Julia Vergete Menezes; Marisa dos Santos Mendes; Miriam de Oliveira Lazarim; Nanci Helena Duarte; Nazareno de Deus Godeiro; Nicia Bosco; Nilson José Zoccaratto; Oraldo Soares Paiva; Paulo Cesar Funghi Alberto; e Raymundo Alves Dias. ■

Documentário: A Convergência Socialista e a Ditadura Militar

ASSISTA



Foto Mané Bahia



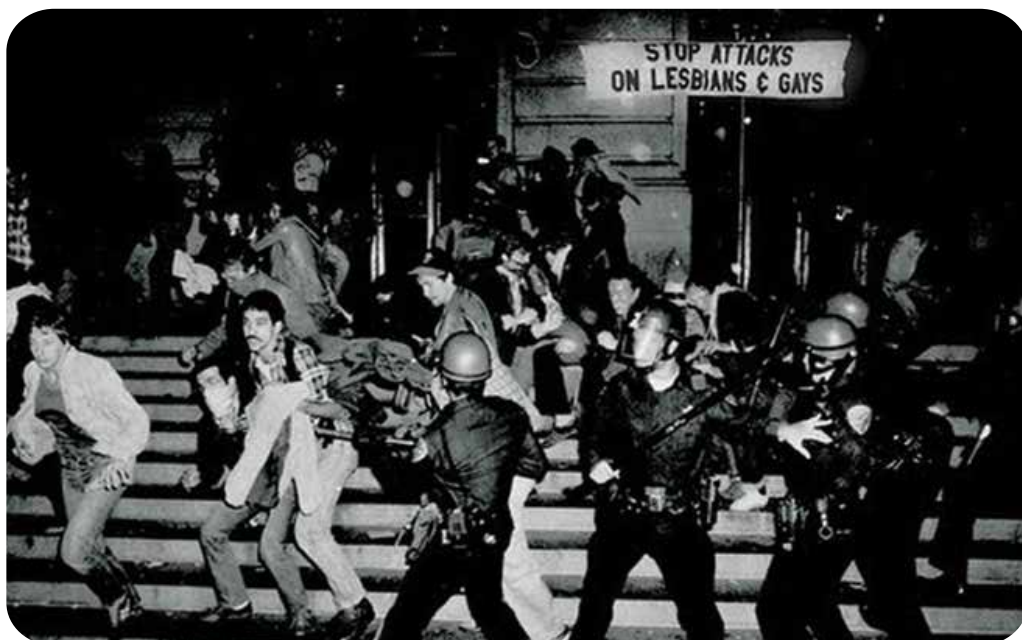
Foto Mané Bahia

MÊS DO ORGULHO LGBTI+

É preciso resgatar as lições de Stonewall

56 anos depois da Revolta de Stonewall, as LGBTIs seguem lutando. E muito!

 SECRETARIA NACIONAL LGBT



A Revolta de Stonewall levou a um intenso processo de organização das LGBTIs

Em 28 de junho de 1969, milhares de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTI+) de Nova York bateram de frente com a opressão numa verdadeira rebelião contra a lgbtfobia. Durante quatro dias, fecharam as ruas com barricadas, enfrentaram a polícia e ganharam apoio da população e dos movimentos sociais.

Na época, 49 dos 50 estados dos Estados Unidos criminalizavam os “comportamentos homossexuais” com leis bizarras, como a que proibia que uma pessoa portasse mais de três peças de roupas ou adornos do “sexo oposto”. Elas resultavam em cenas brutais de humilhação,

espancamentos e prisões por parte de uma força policial que ainda lucrava com esquemas de corrupção em parceria com os donos dos pontos de encontro no gueto.

Atos homossexuais eram considerados crime em quase todos os Estados Unidos. Homossexuais, bissexuais e pessoas trans eram proibidas de assumir cargos no serviço público. Não tinham acesso à saúde e à educação pública. Eram considerados doentes e pervertidos.

CORAÇÕES, MENTES E RUAS EM CHAMAS

O epicentro da rebelião foi o Stonewall Inn, um bar frequentado por pessoas que, como descrito na época, “não tinham nada a perder”: jovens expulsos de casa, travestis, transexuais e drags, muitas delas negras e latinas, como as trans Sylvia Rivera e Marsha P. Johnson, que estiveram na linha de frente do confronto.

A Revolta de Stonewall levou a um intenso processo de organização das LGBTI+. Os policiais foram encurralados e trancados no bar, que por pouco não foi incendiado por uma multidão cuja rebeldia assumiu forma de radicalidade e deboche. Primeiro, voaram moedas; depois, tijolos. Em poucas horas, foram levantadas barricadas, transformando a região em território livre.

No meio da luta, houve um intenso processo de organização das LGBTI+. Nasceram grupos como o Gay Liberation Front (GLF, Grupo de Libertação Gay), um dos principais responsáveis pela primeira Parada do Orgulho Gay, realizada em 28 de junho de 1970, com mais de 10 mil pessoas

nos Estados Unidos. Também foi lá que se estreitaram os laços com outros movimentos (negro e feminista em particular) e organizações políticas de esquerda.

A partir de então, o dia 28 de junho passou a ser o dia do Orgulho Gay, e o exemplo foi seguido em diversos países. Nesse dia, as LGBTI+ afirmam sua história de resistência e combate à lgbtfobia. Com isso, surgiram as famosas paradas e o movimento LGBTI+ atual, que impôs transformações à sociedade, derrubou leis reacionárias e conquistou direitos em diversos países.

UM MUNDO ONDE SER LGBTI+ AINDA É UM CRIME

Hoje, em pelo menos 11 países, a homossexualidade ou qualquer manifestação de orientação sexual ou identidade de gênero distinta da chamada “heteronormatividade” é punida com pena de morte.

Segundo um relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersexos (ILGA, na sigla em inglês), dos 193 países pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU), 64 criminalizam qualquer tipo de relação sexual entre LGBTI+ e outros 42 têm alguma forma de restrição legal, sendo que as punições vão de espancamentos públicos à prisão, passando por multas e restrições a direitos básicos. Enquanto isso, a união civil (ou casamento) entre LGBTI+ é permitida em apenas 34 países.

Muitos destes países estão na África, no Oriente Médio e na Ásia. Contudo, os ataques são duros

nos Estados Unidos, com Trump, na América Latina e na Europa. Não é diferente nos países que têm seu passado fincado no stalinismo e, depois da restauração capitalista, mantêm o pior de suas tradições. É o caso da Polônia, da Rússia e da Hungria, onde recentemente o presidente Viktor Orbán aprovou uma lei que proíbe as marchas do orgulho.

No Brasil, segundo a Fundação Perseu Abramo, há mais de 400 projetos tramitando no Congresso para restringir direitos LGBTI+. Há uma escalada de ataques às nossas conquistas, mas há também uma forte reação dos setores oprimidos que saem às ruas dos EUA contra as políticas xenófobas e lgbtifóbicas de Trump ou em Budapeste, onde a Parada do Orgulho foi um grande protesto contra Orbán.

UM MUNDO QUE NOS TRATA COMO DOENTES

As relações afetivo-sexuais que fogem à heterossexualidade são historicamente tratadas como doença, sobretudo a partir do capitalismo, seja pela Igreja (como “doença da alma”), seja pela psiquiatria, especialmente a partir do século XIX, com teorias pseudocientíficas usadas pela burguesia.

Hoje, apenas 25 países proíbem as “terapias de conversão” (conhecidas como “cura gay”) e em apenas dez a proibição é total. Em grande parte do mundo, práticas bárbaras, que vão da castração a brutais e antiéticas formas de torturas físicas e psicológicas, ainda são permitidas. As pessoas trans são as mais afetadas, tendo sua identidade negada ou

patologizada, além de enfrentarem obstáculos ao acesso a procedimentos necessários para que seus corpos entrem em sintonia com quem realmente são.

LUTAR CONTRA A LGBTFOBIA E O CAPITALISMO

Uma das palavras de ordem centrais da Revolta de Stonewall foi “Fight Back!” (“revide” ou “lute contra”, em tradução livre). E é exatamente isso que precisamos resgatar. Este não é um mundo em que podemos lutar ao lado ou com aqueles que nos marginalizam historicamente. Ou nos voltamos contra eles ou viveremos sempre à margem da sociedade.

A raiz de toda a opressão que nós, LGBTI+, passamos está na exploração imposta pelo capitalismo, que utiliza nossas diferenças para dividir a nossa classe, aumentar a exploração e os lucros dos capitalistas. Por isso, a luta contra a lgbtfobia precisa ser combinada com a luta pela derrubada do capitalismo, pois não há como reformar ou humanizar um mundo como este.

É com esse espírito que nós, do PSTU, atuamos, desde nossa origem no Brasil, ainda como Convergência Socialista, guiados pela teoria marxista e pelas ações construídas na Revolução Russa de 1917, onde todas as leis contra a homossexualidade foram derrubadas pelo governo revolucionário.

HISTÓRIA DO PSTU É CRUZADA PELA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DAS LGBTI+ BRASILEIRAS

O PSTU é parte da história de luta e resistência das LGBTI+ brasileiras. Quando os ventos de Stonewall chegaram aqui, a Convergência

Socialista, principal corrente política que deu origem ao PSTU, foi parte da construção e da convocação do 13 de junho de 1980, dia em que as LGBTI+ realizaram o primeiro grande ato de rua no Brasil, um importante passo para a luta atual contra a opressão e parte da luta contra a ditadura civil-militar.

O ato se concentrou nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e seguiu em marcha até o Largo do Arouche, local onde LGBTI+ frequentam e residem. Desde abril daquele ano, vinham ocorrendo, de modo sistemático, prisões, espancamentos e tortura de LGBTI+ na região central da capital paulista. Apesar de ter como foco a população LGBTI+, negros e negras e prostitutas, a operação prendia qualquer pessoa que fugisse dos padrões morais defendidos pela ditadura. Em uma semana, 1.500 pessoas foram presas, sendo 187 travestis, em uma única noite.

Antes dos ataques policiais orientados à comunidade LGBTI+, porém, já existia um forte processo de organização do então chamado movimento homossexual no Brasil, com a formação de diversos grupos homossexuais e por meio da imprensa alternativa, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, tendo como principais veículos o jornal Lampião de Esquina e o boletim Chana com Chana.

Todo esse processo organizativo estava inserido em uma conjuntura em que cada vez mais a ditadura civil-militar perdia suas bases de sustentação e era empurrada para a reabertura, frente às greves operárias e às lutas da classe trabalhadora e da juventude.

1980: UM 1º DE MAIO QUE MARCOU A HISTÓRIA DA LUTA LGBTI+



1º de maio de 1980. Manifestação contra a intervenção no ABC. Fonte: reprodução

Um dos primeiros grupos a se formar no Brasil foi o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual. O Somos teve grande importância no início do movimento no Brasil e foi um dos organizadores do ato de 13 de junho de 1980. Junto com grupos feministas, movimento negro e organizações de esquerda, construiu a mobilização que contou com mais de 1.000 pessoas e significou o primeiro grande ato de rua LGBTI+ no Brasil.

A Convergência Socialista, organização que deu origem ao PSTU, participou da fundação do Somos e de um dos momentos mais importantes da história do grupo: o 1º de Maio de 1980, quando parte do Somos participou do ato histórico na Vila Euclides, levando faixas de apoio aos operários em greve e do Encontro de Grupos Homossexuais na Universidade de São Paulo (USP).

Assim seguimos atuando até hoje. Combinando as lutas e pautas das LGBTI+ às da classe

trabalhadora, na perspectiva da derrubada do capitalismo e pela construção do socialismo. O PSTU combate com firmeza as ideologias burguesas, usadas por um setor capitalista que tenta se apresentar como nosso aliado na luta contra o preconceito e a discriminação, quando na verdade tem um objetivo duplo e combinado: tentar apaziguar a nossa revolta e, por tabela, lucrar com o chamado *pink money*, a grana daqueles e daquelas que são vistos única e exclusivamente como consumidores em potencial. Ou como faz descaradamente o Estado genocida de Israel que, por meio do *pinkwashing*, se diz amigos das LGBTI+ enquanto promove o genocídio do povo palestino.

Também enfrentamos setores da dita esquerda progressista que abraçaram a falsa ideia de que é possível reformar ou humanizar o capitalismo, que acreditam que seja possível conquistar direitos e liberdade com mudanças graduais e progressivas nos marcos do sistema capitalista e em aliança com a classe dominante.

Combateamos o stalinismo, os herdeiros das burocracias que traíram a Revolução Russa, que hoje se apresentam como “defensores desde sempre” das nossas lutas. Uma farsa que não resiste a uma breve checagem na História, já que stalinismo tratou e segue tratando as LGBTI+ como doentes.

Também somos implacáveis na luta contra a extrema direita, como fizemos na Parada LGBTI+ de São Paulo de 2025, quando colocamos para correr o representante do Movimento Brasil Livre (MBL), o vereador Douglas Garcia (União Brasil). A

ultradireita deve ser derrotada por completo, numa luta sem tréguas, inclusive com a cada vez mais necessária autodefesa, organizada dentro das entidades e organizações dos movimentos.

EM RESPEITO À REVOLTA DE STONEWALL, NENHUMA ILUSÃO NO GOVERNO LULA



Foto Máisa Mendes

O governo Lula, embora eleito com apoio massivo dos setores oprimidos contra Bolsonaro, tem mantido uma linha de colaboração de classes e não enfrenta a extrema direita. E a situação de vida das pessoas LGBTI+ não mudou.

O Brasil continua sendo o campeão mundial de assassinatos de pessoas LGBTI+. O Atlas da Violência de 2025 mostrou que os casos de violência contra LGBTI+ aumentaram 1.225% nos últimos dez anos. Lula não apenas se omite diante da violência lgbtfóbica, dos retrocessos legislativos apresentados pela ultradireita reacionária, com resoluções como a do Conselho Federal de Medicina (CFM), que veda a prescrição de bloqueadores hormonais para crianças trans, a administração de hormônios sexuais para menores de 18 anos e aumenta para

21 anos a idade mínima para cirurgia de redesignação, como também adota medidas contrárias aos direitos das LGBTI+, como seu projeto de novo modelo de RG, que mantinha o nome morto das pessoas trans.

As secretarias criadas pelo governo federal para representar os setores oprimidos não têm força política ou ações positivas na sociedade. A política tem sido de negociação das pautas dos setores oprimidos com a direita e os reacionários, como ocorreu nos governos anteriores do PT, agora combinada com a ausência de qualquer medida paliativa. Há um apagamento total das demandas do movimento e a manutenção dos ataques.

No Mês do Orgulho LGBTI+, o governo Lula simplesmente engavetou o programa que amplia serviços de saúde à população trans – Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans), elaborado em 2023, que deveria ter sido implementado desde março do ano passado.

O governo Lula não é um governo da classe trabalhadora nem aliado das LGBTI+, isso está demonstrado na prática. Nossa tarefa é organizar a luta, de forma independente e autônoma, para enfrentar os ataques da extrema direita e a omissão e os retrocessos do governo Lula. Temos que ir às ruas defender um programa que apresente as reivindicações que liguem a pauta LGBTI+ à luta da classe trabalhadora, combinada à luta pelo socialismo.

Por um novo Stonewall e ir além:
LGBTI+ unificadas com a classe
trabalhadora e independência de classe
diante de todos os governos e patrões!

Explodir o armário e o capitalismo: por
um mundo socialista livre de todas as
formas de exploração e opressão!

As LGBTI+ querem viver e sobreviver:
pelo fim da escala 6×1, da violência
policial e do genocídio palestino!

Lula, chega de fazer a egípcia: para
enfrentar a direita, anule a Resolução
2.427/2025 do CFM, aprove cotas trans
e implemente o Paes Pop Trans já! ■



Foto Maísa Mendes

RIO GRANDE DO SUL

Crise no RS: eventos climáticos extremos, inércia dos governos e luta por reparação e prevenção

 VANIA GOBETTI,
DE PORTO ALEGRE (RS)



Cachoeira do Sul (RS) alagada. Foto: Prefeitura de Cachoeira do Sul

Somente este ano, o estado do Rio Grande do Sul já contabiliza o quinto evento climático extremo. Saímos de uma estiagem e de recordes de calor no início do ano e, agora, estamos enfrentando a terceira semana seguida com vários rios em cotas de inundação. No mês de junho, choveu um volume três vezes maior que a média histórica do estado. Foram 155 municípios afetados, tendo como consequência cinco mortes e cerca de 9 mil desalojados.

Inclusive o Rio Guaíba, que margeia Porto Alegre, superou a cota de inundação em alguns pontos da cidade, além de vários bairros inundados por refluxo de bueiros e colapso do sistema de drenagem. Eldorado do Sul e Canoas foram as cidades mais afetadas da região metropolitana. A

obra da construção do dique está paralisada por conta de questionamentos judiciais sobre o processo de licitação. Em Canoas, o prefeito Airton Souza (PL) teve que reconhecer que metade da rede pluvial ainda não havia sido limpa do lodo da enchente do ano passado.

RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS

Evidentemente, as consequências não foram tão graves como as da enchente de 2024 que devastou o estado. Mas o que impressiona é, por um lado, a frequência dos eventos e, por outro, como os sistemas de proteção das cidades continuam totalmente vulneráveis.

Um menor volume de chuva causa inundação em regiões inteiras, não apenas gerando transtornos, mas colocando em risco as pessoas, obrigando-as a saírem de suas casas ou variando seus móveis e casas mais uma vez. Tudo isso tem um impacto tremendo na saúde mental da população – todos temem que qualquer gota a mais se transforme num novo desastre.

Os governos não deram conta do básico. Em Porto Alegre, por exemplo, o prefeito Sebastião Melo (do MDB e bolsonarista) não garantiu a reforma das casas de bombas (que suga a água das ruas e joga no rio) nem a elevação e manutenção dos diques (que são obras simples).

Segue havendo um jogo de empurra-empurra das responsabilidades entre os governos. O governador Eduardo Leite (PSDB) diz que o dinheiro que a União disponibilizou é insuficiente. Lula diz que a culpa é dos prefeitos e governadores que não encaminham os projetos. E, no meio das acusações,

as obras mais importantes não acontecem e têm promessa de conclusão para dez anos!

PROMESSAS DESCUMPRIDAS

O grave problema das moradias persiste

Lula, no ano passado, afirmou que todos que haviam perdido suas casas na enchente ganhariam uma nova residência própria. Depois ficou evidente que a Compra Assistida – sistema criado para disponibilizar as casas – é limitador e muito burocrático.

Lucy Elibanis da Silva, trabalhadora da construção civil, mãe e avó e membro da comissão de moradores Fiscaliza Sarandi, desabafa: “Sou moradora do Sarandi desde 2021 e perdi minha casa, que comprei com todas as minhas economias, e depois de 14 meses ainda não consegui concluir sequer o cadastro junto à Prefeitura. Primeiro, foi o esforço para conseguir que o cadastro existisse de fato. Na situação de desabrigada, fiz o primeiro registro. Depois, no abrigo, refiz. No final de maio, refiz tudo novamente. Depois, com todas as andanças e questionamentos junto com os amigos e amigas da Comissão Fiscaliza Sarandi, foram à minha casa destruída no Sarandi fazer o laudo. Isso já era novembro. Aí foi que descobri que meu endereço e CPF estavam errados. O laudo considerou a minha casa inabitável. E, a partir daí, começou a segunda batalha: tentar acompanhar o trâmite do processo (DEMHAB, Secretaria Nacional de Habitação e afins). Perguntei, busquei, conferi a lista da Caixa e

nada de respostas e nenhuma previsão. Só me frustrando a cada nova lista sem constar o meu nome”.

Ela completa: “E não é só a burocracia da Prefeitura de Porto Alegre e do Melo. As regras do programa, elaborado pelo governo federal, são absurdas. Ficaram de fora pessoas que moram sozinhas e quem tem salário maior que R\$ 4.700. Eles querem que a casa [do vendedor] tenha escritura, habite-se, nenhuma pendência tributária ou judicial, não pode ter nem uma porta quebrada e nem um vidro quebrado e é limitado ao valor máximo de R\$ 200 mil. Não encontramos casas que possam abrigar nossas famílias e ainda por cima atender a esses inúmeros critérios”.

NEGLIGÊNCIA E DESCASO

Depois de um ano, das 19.223 famílias que conseguiram se cadastrar (número inferior ao total de atingidos) apenas 1.728 famílias receberam as chaves das novas casas via compra assistida/União. O governador Eduardo Leite entregou apenas 362 casas temporárias (casas minúsculas de 30 metros quadrados para abrigar uma família em caráter provisório). Ou seja, para além do déficit habitacional histórico, mais de 17,4 mil famílias seguem esperando suas casas.

Os parlamentares do PT, PCdoB e PSOL têm criticado, com toda razão, a morosidade consciente do prefeito e do governador. Porém se calam frente a todos os entraves criados pelo governo federal. Lula tem a obrigação de indenizar integralmente as casas destruídas, sem entraves.

Tudo tem agravado o risco de morte perante as

chuvas que continuam nos afetando. Apenas em Porto Alegre, de acordo com um estudo recente realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 7.386 pessoas vivem em áreas consideradas de alto risco – alagadiças, coladas nos arroios, submetidas a enxurradas, inundações e deslizamentos de terra. Situação que acontecia antes da enchente e continua do mesmo jeito. Aí o prefeito e governador dizem: é só cumprir os alertas da defesa civil. Ocorre que vários destes locais é de difícil acesso. Imagine um morador desses lugares receber, à noite, um alerta da Defesa Civil. Como ele vai procurar local seguro?

A TRAGÉDIA COMO LUCRO

Toda essa negligência tem relação com os interesses que estão dominando e direcionando o processo de “reconstrução” do estado.

Por exemplo, o Conselho do Plano Rio Grande, que define os projetos e obras que utilizarão os recursos do Funrigs (fundo que terá o total de aR\$ 14,4 bilhões originários da suspensão temporária do pagamento da dívida com a União) é composto por 179 conselheiros, entre os quais, além dos representantes do governo estadual, predominam os megaempresários bilionários do estado. Isso define as prioridades de investimento.

A grande maioria dos projetos já aprovados é para construção e reparos em estradas, inclusive para rodovias que serão cedidas para a iniciativa privada no Vale do Taquari. Assim, 10% de todo o montante previsto com a suspensão do pagamento da dívida serão aplicados em obras nas quais ganharão as construtoras agora e as

empresas que vão adquirir a concessão das estradas depois da concessão.

É um verdadeiro escárnio – deixaram as raposas cuidando do galinheiro.

AUTO-ORGANIZAÇÃO POPULAR CONTRA A NEGLIGÊNCIA DOS GOVERNOS SUBMISSOS AOS RICOS

A ineficácia dos governos para resolver os problemas dos mais pobres afetados pelas enchentes é evidente, com a burocracia e a priorização de interesses de grandes empresários. Em Porto Alegre, os empreendimentos imobiliários de alto padrão estão de vento em popa, enquanto as pessoas esperam por reparação das suas perdas e obras de prevenção. Na enchente em 2024, a ausência do Estado foi visível. Foram os próprios moradores das cidades que se organizaram para salvar quem estava em dificuldade ou risco de morte.

A auto-organização da população, como a Comissão Fiscaliza Sarandi, demonstra o potencial de quem conhece os problemas e os vive na própria pele para tomar decisões corretas e utilizar os recursos em benefício da maioria, o que torna as três esferas de governo mais obstáculo do que solução. Por isso, é fundamental lutar e impulsionar a auto-organização nos bairros, em especial nos locais mais afetados, para construir um novo programa de proteção e reconstrução, unificando-se com outros movimentos de trabalhadores e da juventude, de forma independente de todos os governos.

Contudo, a superação da catástrofe climática e a garantia de soluções efetivas para a população exigem um governo da classe trabalhadora em nível nacional, por meio de conselhos populares. Que controle os recursos públicos e os direcione não para o lucro mas para a maioria da população. Que coloque grandes indústrias e empresas agrícolas sob seu controle, direcionando a produção para as necessidades sociais e combatendo a lógica de lucro do sistema capitalista e do agro, que devasta as florestas e provoca a catástrofe ambiental.

O PSTU se coloca à disposição para auxiliar nessa importante tarefa. ■

As obras de proteção, moradias e reparação precisam sair das mãos dos governos e dos bilionários que lucram com a tragédia e serem controlados pela população organizada.

Do blues ao funk consciente

 MARTIN GARCIA,
DE SÃO PAULO (SP)



MC Hariel e o cantor Gilberto Gil Foto Divulgação

O funk consciente é uma vertente do funk brasileiro que se consolidou como uma poderosa ferramenta de conscientização nas periferias. Com letras que falam sobre racismo, violência policial, desigualdade, abandono do Estado e a luta diária da classe, essa vertente transforma música em crônica urbana. Mais do que entreter, o funk consciente provoca, denuncia e propõe. Fortalece o sentimento de pertencimento e resistência, atuando como um instrumento político, educativo e mobilizador.

É importante compreender o funk também como uma forma de literatura periférica. Feito pela periferia e para a periferia, carrega em suas letras tanto a esperança por dias melhores quanto as dores e conquistas da vida cotidiana nas quebradas. É linguagem direta, acessível e potente.

“Diferença grita, enfurece /
A mente do moleque que desde
pivete se pergunta / Olha lá /
Por que que só os meus é tirado
de suspeito / Se vem lá do
governo exemplo de roubar?”

– MC Hariel, “Hit do Ano – Peso do Voto”

UMA VERTENTE QUE TRANSFORMA

O funk consciente surgiu no início dos anos 2000. Em contraste com os estilos mais voltados à ostentação ou à sensualidade, o funk consciente prioriza letras que abordam temas como violência policial, desigualdade, racismo e a luta por dignidade.

Hariel Denaro Ribeiro, o MC Hariel, um dos principais artistas do gênero, amplia e discute profundamente todas as questões envolvendo o funk. Nascido na Vila Aurora, na Zona Norte de São Paulo, Hariel começou na música aos onze anos, influenciado pelo pai, integrante do grupo Raíces de América.

Com mais de 16 milhões de seguidores nas

redes sociais, lançou recentemente um álbum com participações de artistas como Gilberto Gil, Iza, Péricles e outros grandes nomes da música brasileira, ampliando os horizontes do funk e dialogando com diferentes gêneros.

Suas letras denunciam a constante desvalorização da cultura e da estética periférica, marginalizadas ou apropriadas pela burguesia. Hariel também questiona concepções de nacionalismo que excluem e silenciam a periferia. Esses temas não aparecem de forma pontual, mas como parte de um enredo, uma crítica social ampla, construída com vivência e observação do cotidiano periférico.

POTÊNCIA CULTURAL

O funk consciente representa narrativas que recortam décadas por meio de experiências compartilhadas, sensibilidades e revoltas comuns. Ao trazer a violência, o racismo e o abandono social a partir de uma perspectiva periférica, esse subgênero reafirma a diversidade e a complexidade da vida nas favelas, sem reduzi-la à dor ou à carência.

É linguagem de resistência, identidade e transformação. Para muitos, ouvir funk é ouvir sua própria história sendo cantada. Ao reconhecer-se nessas letras, a classe se fortalece, se organiza e ocupa espaços – no som e na sociedade.

Como afirmou Trotsky: “Toda liberdade à arte”. O funk é um extrato puro da realidade no terceiro mundo, têm suas incoerências e reflete as múltiplas vozes de uma classe historicamente

silenciada. Reduzir o movimento a uma única vertente é ignorar sua potência. Um movimento cultural massivo e peça central da cultura brasileira contemporânea.

DE JAMES BROWN A RACIONAIS

A origem do funk no Brasil

Sendo bem breve, a trajetória do funk brasileiro remonta ao blues, no final do século XIX, nascido entre os negros do sul dos Estados Unidos, fortemente impulsionado como expressão da revolta contra a escravidão e a marginalização. Ele é carregado no funk estadunidense, com James Brown (“padrinho do funk”) e muitos outros artistas que desenvolveram e amplificaram o movimento. Mais tarde, o processo chega aos guetos de Nova York, onde surgia a cultura hip hop e, em paralelo, na Jamaica, os *sound systems* incendiavam as ruas.

Tudo isso se refletiu por aqui. No Rio de Janeiro, aconteceu um processo de experimentação musical por DJs e produtores que levou ao surgimento dos bailes nas comunidades. Com muito peso em São Paulo, o rap também se desenvolveu, e a conexão foi inevitável. Se o rap trouxe o discurso politizado, o funk ampliou o alcance como ritmo popular e linguagem direta.

Também durante a fase de transição e expansão do funk brasileiro, um ponto central foi a consolidação do gênero fora do eixo Rio-São Paulo. O que antes se resumia a sucessos pontuais em outras regiões passou a se desdobrar em cenas

locais fortes e organizadas, com identidades próprias e projeção nacional. Entre os novos polos de criação, Belo Horizonte e Recife se destacaram por desenvolver vertentes importantes do gênero: o Funk de BH e o Brega Funk recifense.

Em São Paulo, entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 2000, o rap era a principal força musical nas periferias da cidade. Racionais MC's, Sabotage, Thaíde e DJ Hum, RZO, entre outros, ocupavam o centro da cena. Embora o funk já estivesse presente na cidade em algumas produções pontuais, o gênero ainda não havia alcançado a mesma força que tinha no Rio de Janeiro. Além das dificuldades estruturais, o funk enfrentava resistência dentro da própria comunidade cultural periférica paulista – particularmente durante os anos 1990, quando muitos artistas do rap rejeitavam o gênero, alegando que suas temáticas eram superficiais em comparação com o discurso de denúncia, base do hip hop.

Porém o funk seguiu, cresceu e se consolidou como uma das principais forças culturais paulistas. Aos poucos os trabalhadores da cultura hip-hop também começaram a valorizar os caminhos que o movimento funk estava propondo. E, sem dúvida, um dos principais subgêneros que consolidou essa relação foi o funk consciente. ■



James Brown. Fonte: reprodução